

Requerimento de informações n.º de 2011
(Do Sr. Daniel Almeida – PCdoB/BA)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre a arrecadação tributária efetuada pela União

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 24, V e no § 2º e 115, I, do Regimento Interno, solicito que seja encaminhado ao Sr. Ministro da Fazenda o seguinte pedido de informações, relativas à arrecadação tributária realizada pela União, em período recente:

Para cada um dos exercícios de 2002 a 2010; informar:

a) número de empresas que realizaram recolhimentos tributários em cada um dos exercícios, por Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) do IBGE, distinguindo-se as submetidas aos regimes tributários de lucro real, lucro presumido ou regime especial para micro e pequenas empresas;

b) para cada um dos regimes tributários e das classificações acima, identificar os recolhimentos relativos a pagamentos do principal, multas, juros, parcelamentos e dívida ativa, dos seguintes impostos e contribuições sociais:

- em relação aos impostos: os recolhimentos relativos à IRPJ, IRPF retido na fonte; IPI, ITR, IOF, impostos de importação e de exportação;

- em relação às contribuições sociais previdenciárias: os recolhimentos relativos à CSLL, Cofins, CPMF, PIS/PASEP; contribuição previdenciária patronal; contribuição previdenciária recolhidas dos empregados e equiparados; contribuição sobre a produção rural;

contribuição para o seguro acidente de trabalho, contribuição previdenciária retida sob sub-rogação.

c) número de empresas, que não realizaram recolhimentos tributários em cada um dos exercícios, por Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) do IBGE, distinguindo-se as submetidas aos regimes tributários de lucro real, lucro presumido ou regime especial para micro e pequenas empresas;

d) os saldos existentes ao final de 2010 relativos a parcelamentos e dívida ativa, para cada um dos impostos, contribuição social e previdenciária, acima identificadas, para cada um dos regimes tributários e das classificações CNAE.

Diante do volume de dados envolvidos, as informações devem ser prestadas em meio eletrônico.

Sala das Sessões, em

2011.

Deputado Daniel Almeida

PCdoB/BA